

PORTUGAL DIPLOMÁTICO



**Visita da Presidente do Conselho
Regional de Île-de-France a Lisboa**

Eleições no Japão

Entrevista a Hélder Sousa Silva

XVIIIª EDIÇÃO

Fevereiro 2026



Índice

NOTÍCIAS NACIONAIS

Mês do MNE..... pág. 2

Visita da Presidente do Conselho Regional de Île-de-France à Área
Metropolitana de Lisboa..... pág. 4

Entrevista a Helder Sousa Silva..... pág. 6

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

Eleições na Costa Rica..... pág. 15

Eleições no Japão: popularidade transformada em consolidação..... pág. 18

Eleições na Tailândia..... pág. 22

Conferência de Segurança de Munique 2026 reafirma compromisso com a
segurança coletiva em meio a tensões globais..... pág. 24

Cimeira da União Africana..... pág. 28

CONFLITO CLARIFICADO

Conflito Estados Unidos-Irão..... pág. 31

Mês do MNE

Por Bruno Oliveira

Neste mês de fevereiro, acompanhamos os vários encontros bilaterais do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel, nos mais variados contextos, incluindo na Conferência de Segurança de Munique, na qual participou, bem como a visita oficial do MNE à Lituânia.

Encontro com homólogo da Argélia

No início do mês, Paulo Rangel deslocou-se à capital argelina, Argel, para uma reunião com o seu homólogo do país do Magreb, Ahmed Attaf. Após uma reunião com empresas portuguesas, o MNE português encontrou-se com o MNE argelino para discutir a cooperação política e económica entre os dois países, mas também foi abordada a situação no Médio Oriente e na região do Sahel.



Encontro entre Paulo Rangel (à esquerda) e Ahmed Attaf (à direita) (fonte: MNE)

Conferência de Segurança de Munique

Para além da sua intervenção no painel “Western Hemisfever: security in the Americas”, Paulo Rangel também participou em diversos encontros bilaterais. Com o Vice-Primeiro-Ministro do Montenegro, Filip Ivanović, foi discutida a participação dos dois Estados na NATO e o multilateralismo no séc. XXI. A situação em Gaza e na Cisjordânia, o respeito pelo direito internacional e o apoio à solução de dois Estados foram alguns dos temas discutidos entre Paulo Rangel e a sua homóloga da Palestina, Varsen Aghabekian Shahin. Já com o MNE das Maldivas, Abdulla Khaleel, a conversa focou-se nas relações bilaterais, a defesa do multilateralismo e ainda o apoio de Portugal aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS). Por fim, Paulo Rangel encontrou-se ainda com o homólogo do Omã, Badr bin Hamad, tendo discutido as relações entre os dois países, que celebram 50 anos de relações diplomáticas, bem como o papel de mediador do Omã em negociações internacionais na região.



Encontro entre Paulo Rangel (à esquerda) com Badr bin Hamad (à direita) (fonte: MNE)

Visita oficial à Lituânia

A 16 de fevereiro a Lituânia celebrou o Dia da Independência, no qual esteve presente o MNE português durante a sua visita oficial ao país báltico.

O dia começou com uma visita à fronteira lituana com a Bielorrússia, onde o Ministro pôde informar-se em primeira mão sobre o sistema de proteção Schengen. De seguida, em Vilnius, Paulo Rangel participou nas comemorações do Dia Nacional da Lituânia, conjuntamente com a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, o Comissário Europeu para a Defesa, Andrius Kubilius, e o MNE lituano, Kęstutis Budrys.

Após a cerimónia de comemoração, Paulo Rangel almoçou com o seu homólogo lituano, tendo depois visitado o parlamento da Lituânia, onde participou numa reunião com o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus. Ainda da parte da tarde, o Ministro Português visitou o Museu da Ocupação e dos Guerreiros da Liberdade, antes de terminar o dia com um concerto comemorativo do dia da restauração da independência.



Andrius Kubilius (à esquerda), Kęstutis Budrys (ao centro) e Paulo Rangel (à direita) na cerimónia de comemoração do Dia Nacional da Lituânia (fonte: MNE)

Visita da Presidente do Conselho Regional de Île-de-France à Área Metropolitana de Lisboa

Por Maria Neves

Entre os dias 1 e 4 de fevereiro de 2026, Valérie Pécresse, Presidente da Região Île-de-France, realizou uma visita oficial a Lisboa, durante a qual foi assinado um novo acordo de cooperação metropolitana.

Contexto na Região Île-de-France

A Região Île-de-France é uma região administrativa situada no centro-norte de França, composta por oito sub-regiões, sendo uma delas a capital francesa, Paris. Representa um quinto da população francesa e é um dos polos com maior densidade empresarial do país.

Politicamente, esta região goza de relativa autonomia e dispõe de orçamento próprio. O seu governo é assegurado por um Conselho Regional eleito, que possui competências legais para estabelecer acordos de cooperação descentralizados com outras regiões e áreas metropolitanas europeias. No próximo mês de março, França vai ter eleições municipais que afetarão a liderança das sub-regiões de Île-de-France.

Contexto das relações bilaterais entre as áreas metropolitanas

Em 2020, a Área Metropolitana de Lisboa e a Região Île-de-France formalizaram a sua primeira parceria através de um Acordo de Cooperação que definiu cinco eixos setoriais de desenvolvimento mútuo: indústria, desenvolvimento económico, educação, turismo e ambiente.

No dia 2 de fevereiro de 2026, Carlos Moedas e Valérie Pécresse assinaram, em Lisboa, um novo protocolo de cooperação para o período 2026–2029, designado “Folha de Rota”. Entre os principais eixos de cooperação destacam-se a inovação e as relações económicas, apostando-se em trocas comerciais, investimento cruzado e sinergias entre start-ups e empresas. Outra prioridade estratégica incide sobre a política de mobilidade metropolitana, designadamente a intermodalidade e a digitalização da bilhética. O turismo, a cultura e a educação constituem também um pilar essencial, promovendo uma maior ligação entre universidades, candidaturas conjuntas a fundos europeus e a organização de eventos, festivais e exposições. Ambas as regiões comprometeram-se ainda a assegurar a continuidade do Protocolo Climático de 2022, com o objetivo de mitigar e adaptar-se às alterações climáticas, bem como proteger a biodiversidade urbana.



Valérie Pécresse e Carlos Moedas assinam um protocolo de cooperação entre as duas regiões metropolitanas (foto: CML)

Cronologia da visita: 1 a 4 de fevereiro

Durante a deslocação da delegação oficial da Île-de-France, realizaram-se vários encontros políticos, reuniões económicas e visitas institucionais de relevo. No dia 3 de fevereiro de 2026, Valérie Pécresse foi recebida na Sala de Visitas do Parlamento pelo Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e pelo Presidente do Grupo de Amizade Parlamentar Portugal-França, Carlos Alberto Gonçalves.

A delegação francesa reuniu-se igualmente com Paulo Macedo (CEO da Caixa Geral de Depósitos) e Miguel Stilwell d'Andrade (Presidente da EDP).

Esta visita enquadra-se numa tendência de aprofundamento das relações franco-portuguesas a nível subnacional, refletindo um mundo mais descentralizado, capaz de auscultar e responder de forma mais eficaz aos desafios regionais.

Entrevista a Hélder Sousa Silva

O nosso convidado da edição de fevereiro é Hélder Sousa Silva, deputado ao Parlamento Europeu desde 2024, onde integra o Grupo do Partido Popular Europeu (PPE). A sua carreira política iniciou-se em 2011, ano em que foi eleito deputado à Assembleia da República pelo PSD. Em 2013, foi candidato nas eleições autárquicas, tendo exercido o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mafra até 2024. No Parlamento Europeu, Hélder Sousa Silva é membro efetivo na Comissão dos Orçamentos e membro suplente nas Comissões da Cultura e Educação e de Segurança e Defesa. É ainda Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil e é membro da Delegação para as Relações com o Mercosul. Entrevista realizada por Bruno Oliveira.



Hélder Sousa Silva

Primeiro de tudo, queria agradecer este convite que aceitou e queria também saber como é que foi a sua carreira política até ser eleito Deputado ao Parlamento Europeu.

Eu entrei na política sensivelmente aos 40 anos. Recebi o convite para integrar uma lista para ser vereador em 2005 na Câmara de Mafra, que é o concelho onde eu nasci, e aceitei esse convite. Entre 2005 e 2011 fui eleito e fui vereador na Câmara de Mafra. Em 2011 o Dr. Pedro Passos Coelho con-

correu a Primeiro-Ministro, e numa altura crítica com a Troika cá dentro, e convidou-me para fazer parte da lista de deputados por Lisboa. Eu aceitei, dizendo que eu gostava de, em 2013, ser candidato a Mafra, porque a minha vertente de autarca é uma vertente muito forte. No entanto, dei o meu contributo também à Assembleia da República e ao Governo enquanto pude. E fui eleito em 2011, até 2013, deputado à Assembleia da República. Em 2013, em eleições autárquicas, voltei a concorrer, desta vez a Presidente de Câmara, onde ganhei durante três vezes, 2013, 2017 e 2021, até 2024, onde estive Presidente de Câmara de Mafra. Como era o último mandato, já não podia concorrer mais, em 2024 surgiram as eleições para o Parlamento Europeu, sendo que também recebi o convite para integrar a lista e fui eleito. Estou aqui há cerca de um ano e meio, até à data como deputado ao Parlamento Europeu, que tem sido uma experiência fantástica.

Uma das partes essenciais é o seu trabalho nas comissões parlamentares, sendo que faz parte das Comissões de Orçamentos, Educação e Cultura e Segurança e Defesa, nestas duas como suplente, na primeira como membro

efetivo. De forma resumida, como é que descreveria a sua experiência em cada uma dessas comissões e o que é que tem sido feito?

Eu diria que é um trabalho muito intenso, com a responsabilidade de defender os superiores interesses dos cidadãos europeus em geral, mas particularmente dos portugueses. E, por isso, na Comissão de Orçamentos do Parlamento Europeu, é a comissão, eu sou suspeito de dizer isto, mas é a comissão mais pesada, mais importante, onde a discussão e aprovação dos Orçamentos Anuais e do Orçamento Plurianual, que é o quadro financeiro plurianual, que está a acontecer agora, são duas peças fundamentais daquilo que é o dinheiro que vai fazer mover a grande máquina que é a União Europeia nos seus diferentes organismos. Por isso, garantindo que as despesas estejam alinhadas com a prioridade política, assim como negociando entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão, naquilo que nós designamos por trílogos, aquilo que são estas peças fundamentais que são o Orçamento Anual e o quadro financeiro plurianual. Sem embargo, outras matérias também acontecem nesta comissão, mas estas são as duas principais.

Depois, na questão da Comissão da Segurança e Defesa, que era uma subcomissão que, durante este mandato, passou a ser uma comissão de pleno direito, todos os assuntos ligados à segurança e à defesa da Europa, a segurança e defesa essa que, como é sabido, foi um pouco abandonada nas últimas décadas e que delegámos, se quisermos, a nossa segurança e defesa a entidades terceiras dentro do âmbito da NATO, mas principalmente aos Estados Unidos, e por isso estamos neste momento a fazer um trabalho consistente de reforçar as indústrias de defesa a nível europeu, de garantir a mobilidade de todas as forças de segurança e defesa dentro de um espaço comunitário e de adquirir equipamentos ao abrigo de programas que estamos a lançar, como o programa SAFE, por exemplo, e que está neste momento a ser também definido um pacote muito importante, cerca de 8 mil milhões de euros para Portugal, mas para se reequipar em termos de segurança e defesa. Por isso, na questão da segurança e defesa, estamos a triar novos caminhos, uma nova postura da União Europeia.

Por último, a Comissão de Cultura e Educação, que inclui as áreas da cultura, educação, juventude, desporto e audiovisual, é uma comissão também interessantíssima, porque a cultura, se quisermos, é a espinha dorsal que sustenta e fundamenta esta união dos 27 Estados-membros. E por isso, enquanto membro desta comissão, áreas como o programa Erasmus+, uma área na qual nos temos dedicado, e agora áreas também como a questão da pirataria online, que tem muito a ver também com o audiovisual e com os direitos de autor e com a justiça, se quisermos, e também com a segurança, porque passou a ser também um assunto de segurança, uma vez que muitos dos cibercriminosos escondem-se atrás de redes, algumas delas com facilidades em termos audiovisuais, mas depois entram dentro das contas pessoais, o que acaba por ser um problema também de segurança, a questão da pirataria audiovisual. Portanto, são dois exemplos onde tenho trabalhado, e estou a trabalhar agora arduamente também, ligando o orçamento à

cultura, como redator na cultura para a área do quadro financeiro plurianual. E, por isso, estou também a tentar tirar o melhor partido disto, garantindo o financiamento para a área da cultura.

Relativamente ao quadro financeiro plurianual, de que forma é que essas negociações estão a ser trabalhadas na comissão parlamentar de Orçamentos?

É um processo longo, porque o quadro financeiro plurianual também é um quadro para 7 anos, de 2028 a 2034. E, por isso, a Comissão de Orçamentos procura sempre defender a visão dos europeus, e trabalha a partir de uma proposta da Comissão. Não somos nós que fazemos a proposta inicial, mas trabalhamos a partir da proposta da Comissão, e procuramos sempre acrescentar valor a essa proposta, defendendo os cidadãos e aquilo que de melhor se tem feito na Europa, como disse, os programas principais, o Programa Horizonte Europa, o Programa de Erasmus, a questão da política de coesão, a política agrícola comum, o Programa Europeu para a Competitividade, que agora se chama Fundo Europeu de Competitividade, o Programa de Diplomacia também da Europa nos quatro cantos do mundo, que é a Europa Global, através do financiamento de projetos em países terceiros, que é um bom exemplo. Temos que equilibrar as receitas às despesas, porque também sabemos que a questão dos fundos e dos recursos próprios da União Europeia estão bastante limitados. Estão bastante limitados agora até porque estamos a repagar o PRR, que é o Next Generation EU, que neste momento estamos a começar a pagar não só juros, mas também capital e juros. E por isso este peso que herdamos também dos mandatos anteriores, e que foi um bom peso, que é a questão do PRR, porque serviu no pós Covid. Mas agora os empréstimos são para pagar, e nesse sentido temos um grande desafio, que é encontrar novos recursos próprios para poder também responder sem cortes adicionais aos novos desafios da União Europeia, como a competitividade, a segurança e defesa, que são dois bons exemplos de que é preciso mais dinheiro para estas áreas, e por isso temos um grande desafio de ir encontrá-lo.

Na atual legislatura, os poderes da Comissão de Orçamentos foram reforçados, sendo da sua competência fazer uma avaliação do impacto orçamental de todas as propostas legislativas submetidas pela Comissão ao Parlamento para aprovação, determinando se são compatíveis ou não com o Quadro Financeiro Plurianual e com as regras financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União. Fui relator ou relator-sombra de várias avaliações de impacto orçamental sobre programas de defesa, acordos de parceria de pesca com vários países da CPLP e sobre flexibilização dos fundos de desenvolvimento rural. Para além disso, após a apresentação da proposta pela Comissão Europeia, tal como referi anteriormente, a Comissão de Orçamentos está a elaborar um relatório sobre a proposta que definirá a posição do Parlamento para as negociações com o Conselho. Além deste relatório geral sobre a proposta, a Comissão de Orçamentos assume a liderança de alguns dos regulamentos dos vários programas, nomeadamente no Fundo proposto para os Planos de Parceria Nacional e Regional, e irá elaborar avaliações do impacto orçamental dos regulamentos para

os vários fundos e programas, sendo que fui nomeado pelo Relator para o Programa Horizonte Europa e Relator-Sombra para o Programa AgoraEU.

Na Comissão da Cultura foi publicada também a Bússola Cultural para a Europa, e gostaria de saber que propostas ou que medidas é que estão a ser trabalhadas a nível desta comissão também.

Na Comissão da Cultura, durante este mandato, já aprovámos, como disse bem, a Bússola Cultural para a Europa, que foi um passo, eu diria, gigante, porque não existia nada disto. Eu diria que é o farol relativamente à questão cultural e o objetivo é colocar a cultura no centro das políticas europeias, da economia à democracia, da coesão territorial ao digital, enfim, a cultura é um elemento transversal. Esta Bússola Cultural para a Europa tem quatro pilares orientadores, um pilar que defende os valores europeus e os direitos culturais, porque a sustentação desta Europa é muito pela via cultural. Defende também um segundo pilar, a capacitação dos artistas e a valorização da profissão e de todas as profissões ligadas à cultura. Um terceiro pilar que usa a cultura para ser mais competitiva, resiliente e coesa, e um quarto pilar onde se promovem relações culturais internacionais, ou seja, é um pilar também de diplomacia cultural. E, por isso, tem como elementos principais estes quatro pilares, mas depois há elementos na bússola que me permitem também destacar.

Primeiro, uma declaração conjunta, que é Europa para a Cultura – Cultura para a Europa, que tem como objetivo garantir os princípios partilhados como liberdade artística, diversidade cultural e acesso à cultura e melhores condições para artistas. Depois, passámos também a ter um relatório periódico sobre o estado da cultura na União Europeia, porque não havia, até à data, ninguém em nenhum relatório que respondesse a estas questões. Ainda há uma outra área que tem a ver com a Carta Europeia dos Artistas, para termos definidos os princípios para condições de trabalho dignas para todos os artistas, porque os artistas muitas vezes expressam o seu descontentamento relativamente à precariedade dos trabalhos. E, por último, a estratégia de inteligência artificial para os círculos culturais e criativos também faz parte desta bússola cultural. Portanto, eu direi que foi um passo gigante que foi dado já durante este mandato relativamente a sabermos o que queremos e como vamos conseguir isso durante estes cinco anos de mandato. Por isso, penso que a cultura está a ir no bom caminho, dado o bom trabalho que tem sido feito durante estes últimos meses.

A nível da Comissão de Segurança e Defesa, que é a única que nos resta, temos vários eventos a nível mundial, como, por exemplo, a guerra na Ucrânia, agora temos o Presidente Donald Trump nos Estados Unidos, e na Europa, no meio deste cenário internacional, fala-se muito do conceito de autonomia estratégica, e de que forma é que esse conceito tem sido debatido no trabalho da comissão e que medidas é que também estão a ser adotadas nesse sentido?

De facto, como disse há pouco, e é uma constatação, dentro daquilo que são os tratados vigentes, a questão da segurança e defesa nunca foi diretamente delegada

nas instituições europeias, e por isso os Estados-membros, de alguma forma, sempre assumiram, e assumem bem, a defesa como uma competência própria e organizaram-se por si. A questão do conceito de segurança e defesa a nível europeu só agora é que começou a ser recitada, exatamente, como disse bem, pela questão da guerra da Ucrânia, por um lado, mas também à função, se quisermos, da presidência dos Estados Unidos da América por Trump, onde veio questionar, primeiro, a utilidade da NATO, e segundo, as participações dos Estados-membros,



Hélder Sousa Silva

e terceiro, dizendo mesmo que, a partir de agora, a Europa não contasse com a NATO para se autodefender. E por isso abriu aqui uma janela de necessidade, que é também uma oportunidade, de desenharmos a estratégia própria da União Europeia para os próximos anos. Há um documento, o *Readiness 2030* (Preparação 2030), que é um documento de estratégia da União Europeia para a área da segurança. E aí dizemos o que queremos e os compromissos que devem ser assumidos. Compromissos assumidos em que sentido? No sentido de dizermos que devemos ter maior articulação, porque os tratados não vão ser alterados, e o princípio base de que as competências próprias dos Estados-membros se vão manter.

No entanto, podemos fazer mais em conjunto, como fazemos na questão da NATO, porque a NATO também não tem competências delegadas, mas é feito um trabalho completamente diferente. Eu direi que é fundar o pilar europeu da NATO, sem sair da NATO, mas criar um pilar europeu da NATO forte, com equipamentos interoperáveis e com capacidade de dissuasão própria para nos defender, que é aquilo que nós queremos. Nós não queremos ir atacar nenhum terceiro Estado, nós queremos é ter capacidade própria de resistir e de nos defender face a qualquer ameaça externa, venha ela do leste, do oeste ou de qualquer um dos nossos lados de fronteira.

Claro que neste momento a ameaça maior é aquela que vem do leste, particularmente da Rússia e dos países que lhe estão próximos, como a Bielorrússia, e por isso o esforço que tem sido feito na fronteira e nos países próximos da fronteira é bem maior, e o apoio que tem sido também dado à Ucrânia desde o início da guerra é um apoio considerável e que nós temos dito que vamos manter por muitos e bons anos, enquanto for necessário, para que a Ucrânia resista e com a resistência da Ucrânia também a defesa, se quisermos, indireta do território dos 27 Estados-membros.

Por isso, neste momento, repito, há um esforço grande no sentido de nos rearmarmos, um rearmamento de autodefesa com equipamento interoperável, de maneira que quando for necessário os equipamentos falem uns com os outros, e com um maior financiamento também na área da mobilidade militar, e de, não menos importante, equipamentos de duplo uso. Já que estamos a investir, investimos em equipamentos que dão, em caso de guerra, para a área militar, mas também em caso de paz para a área civil, por exemplo. Quando eu compro um semirreboque ou um barco, esse barco pode servir para o tempo de paz ou para o tempo de guerra. E é nesta perspetiva que o investimento está a ser também a ser realizado em grande parte.

Por último, dentro deste capítulo, a questão da produção resume-se a produzir europeu e investir europeu e comprar europeu. O que é que isto quer dizer? Que o investimento nas indústrias de defesa europeias deve ser uma realidade, e por isso também que os clusters de cada um dos Estados-membros possam ser financiados através do EDIP, que é um programa europeu, *European Defense Industry Program*, para que se possa criar capacidade de produzir na Europa e não termos que importar dos Estados Unidos, de Israel ou de outras latitudes fora dos 27 Estados-membros.

Procuramos estar sempre em cima dos últimos acontecimentos políticos e passar uma mensagem forte da casa da democracia europeia. Uma mensagem de que estamos atentos, que valorizamos a defesa dos nossos cidadãos e que a resposta tem mesmo de vir a nível europeu, porque quão mais fragmentados e divididos estivermos, mais vulnerável vai estar a Europa.

O Dr. Hélder Sousa Silva atualmente é Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil. No que é que consistem estas delegações e quais é que são as suas áreas de atuação?

A Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil (D-BR), à qual presido, tem um papel fundamental no acompanhamento da evolução da situação política, económica e social no Brasil. Neste momento, por exemplo, esta Delegação tem uma importante palavra na concretização do acordo UE-Mercosul, onde o Brasil desempenha um papel crucial no bloco latino-americano.

Existe uma longa tradição de cooperação entre o Parlamento Europeu e o Congresso Brasileiro, com vista a estabelecer uma relação interparlamentar sólida e duradoura, assente em valores e princípios partilhados. Durante o mandato de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, essa relação esmoreceu, mas, com a eleição de Lula da Silva, em 2022, a mesma foi reavivada e o Brasil voltou a abrir-se ao exterior, relançando as relações com a União Europeia e dando um novo impulso a esta parceria estratégica.

Este é o momento de a União Europeia encarar o Brasil como um parceiro estratégico de excelência e um ator económico de referência na América Latina, devendo, por isso, empenhar-se no reforço das relações UE-Brasil.

Quais é que têm sido os principais pontos da agenda desta delegação até ao momento?

Como primeira prioridade, temos a promoção das relações UE-Brasil na dimensão parlamentar. Ou seja, o trabalho da D-BR tem como objetivo principal reforçar ainda mais as relações parlamentares com o Brasil. O diálogo parlamentar bilateral incide em diversos domínios políticos, como as alterações climáticas, o digital, a energia, a ciência e a investigação, os direitos humanos, a segurança e a defesa, as matérias-primas essenciais, entre outros.

Em segundo lugar, trabalhamos a proteção da democracia e do multilateralismo. Para a União Europeia, é muito importante ter um parceiro na América Latina com a dimensão política, económica e social do Brasil. A UE precisa de mais democracias que sejam suficientemente eficazes para enfrentar os desafios colocados pelo populismo em todo o mundo.

Depois, temos a questão muito atual das alterações climáticas, proteção do ambiente e desflorestação, onde o Brasil é um parceiro mundial fundamental. Trabalhamos para reforçar a cooperação em domínios como o valor dos créditos de carbono, a resiliência climática, a redução das catástrofes, o financiamento sustentável, a proteção e recuperação dos ecossistemas e a desflorestação.

Por último, há toda uma panóplia de temas que estão sempre na agenda, nomeadamente o Acordo EU-Mercosul, a transição digital, a cibersegurança, a transição energética, as políticas para promover a igualdade entre homens e mulheres, a aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), etc.

Como pode ver, a agenda é muita vasta, assim como as necessidades, pelo que a Delegação trabalha diariamente para reforçar e melhorar as relações entre a UE e o Brasil.

Outra delegação da qual também faz parte é a Delegação para as Relações com o Mercosul. Nos últimos tempos temos ouvido várias notícias relativamente ao acordo comercial entre a UE e este bloco económico, devido às implicações que traz para a UE, e países específicos como França, e para o próprio Mercosul, do qual o Brasil faz parte, tal como já referiu. Como é que este acordo está a ser trabalhado na delegação?

O Acordo UE-Mercosul, em negociações há mais de 25 anos, está concluído e a assinatura, após a luz verde do Parlamento, foi assinado dia 17. Este acordo é uma importante conquista para o futuro e um exemplo a seguir em futuros acordos. Não se trata só de um acordo comercial, é muito mais que isso, pois os países do Mercosul vão ser obrigados a evoluir, a operarem mudanças, a adaptarem-se para darem respostas práticas e reais às exigências do Acordo. Por isso, não haja dúvidas: nunca a Europa fez um acordo deste nível. Estamos a falar de um mercado com mais de 700 milhões de pessoas e um quarto da economia mundial. Estima-se que o

acordo possa aumentar as exportações anuais da UE para o Mercosul até 39% (49 mil milhões de euros), apoiando mais de 440 mil postos de trabalho em toda a Europa.

O trabalho desta delegação visou esclarecer, informar e mostrar o valor deste acordo na sua amplitude, bem como os seus benefícios e soluções para as implicações levantadas por setores como a agricultura ou o ambiente. A delegação teve um papel ativo nas negociações, estando sempre atenta e interventiva junto dos eurodeputados e dos principais intervenientes.

Ao longo desta entrevista, falámos mais do seu trabalho a nível europeu, mas como referiu logo ao início, trabalhou a nível autárquico, a nível nacional e agora a nível internacional. E eu queria saber que diferenças é que sentiu em cada um desses níveis, e que ligações é que existia entre cada um deles.

Portanto, eu devo ser dos poucos eurodeputados que tem experiência autárquica, experiência de parlamento nacional (só não tive de governo nacional) e experiência, neste caso também, a nível europeu. Importa dizer que em qualquer um dos níveis onde servimos, nós, em todos eles, servimos os cidadãos. Esta é a primeira questão. Todos eles têm um fim e o último, que é servir os cidadãos, servir os contribuintes, chamemos assim, nos seus diferentes níveis.

Com uma grande diferença, que é a proximidade e o tempo de concretização que é completamente diferente em todos. Portanto, quando eu, a nível local, diariamente tenho um buraco na estrada, tenho um lixo por recolher e eu tenho que dar resposta direta aos cidadãos, e dou, porque tenho as ferramentas e os meios necessários. A nível local, se tiver um problema, posso nessa semana produzir um regulamento municipal, aplicá-lo na semana seguinte e, na outra semana, em três ou quatro semanas, tenho o resultado da minha decisão. A nível nacional, já o tempo é um fator completamente diferente, porque eu produzo um decreto-lei, uma lei, um regulamento ou o que quer que seja, mas o tempo de aplicação, enquanto que, no caso municipal, é ao nível do mês, a nível nacional é ao nível do ano, ou seja, eu demoro, eventualmente, entre vários meses longos e até um ano, é à escala anual. Se viermos ao nível europeu, para ver os resultados, eu direi que é à escala plurianual, ou mais do que, seguramente, sempre dois, três anos. Porquê? Porque a feitura de uma diretiva ou de um regulamento europeu, primeiro, o tempo que demora entre as instituições, entre o impulso legislativo, que normalmente é da Comissão, depois vêm aos dois colegisladores, que é o Conselho e o Parlamento, para aprovarem a proposta da Comissão. Tudo isto, só este período aqui, é algo que demora sempre mais de um ano entre o impulso e chegarmos depois à publicação. Se falarmos nas diretivas, elas têm de ser transportadas depois para, se quisermos, legislação nacional, que leva mais o tempo do parlamento nacional a fazer a transposição. Se formos também para regulamentos, entram de imediato em vigor, que é mais fácil, mas de qualquer forma estamos sempre a falar de dois, três anos. Esta questão temporal, para mim, é a questão mais importante e que, depois,

também, a prestação de contas aos eleitores, munícipes e contribuintes, que são os mesmos, também é mais difícil de prestar contas, dado este desfasamento temporal. Portanto, penso que isto responde à pergunta que me colocou, que vem muito, também, da minha experiência.

No entanto, terminava este ponto, ou, pelo menos, esta parte da minha resposta, dizendo o seguinte. Sem embargo tudo isto, cerca de 80% da legislação que, diariamente, se nos aplica a nível dos Estados-membros, é a legislação que é produzida a nível da UE. E, por isso, a consideração ou falta dela, ou desconsideração, ou, pelo menos, importância, maior ou menor, que é dada ao parlamento e às instituições europeias, penso que deve ser um motivo de recolção e de pensamento de todos os eleitores, porque, se a maior parte da legislação que tem impacto nas nossas vidas vem da Europa, nós devemos ter muito cuidado, primeiro, quando elegemos os nossos deputados, e segundo, quando lhes pedimos contas sobre aquilo que fizeram, e sobre a atenção que damos politicamente à população da Europa.

Penso que a comunicação social aqui pode dar uma grande ajuda, que é aumentar a visibilidade do trabalho que é feito a nível da UE, porque há muito trabalho que é feito aqui que nunca chega, sequer, ao conhecimento dos cidadãos. E, por isso também esta nossa entrevista, e, por isso, este esforço também que é feito da sua parte, que eu agradeço muito, no sentido de levar até mais longe, inclusivamente para a diáspora portuguesa, aquilo que é o trabalho feito pelos deputados em Bruxelas. Independentemente das questões partidárias, devo dizer que há muito e bom trabalho feito aqui, com muito fim, com muito empenho, com muita dedicação, que, às vezes, fica-se amargo de boca, no sentido de termos a noção de que o trabalho que fazemos não chega tanto ao conhecimento dos nossos cidadãos e eleitores, que poderia ser feito de forma diferente.



Hélder Sousa Silva discursa no Parlamento Europeu

Eleições na Costa Rica

Por Jorge Paixão

No dia 1 de Fevereiro de 2026, na República da Costa Rica, decorreram as Eleições Gerais para eleger a Assembleia Legislativa e o cargo da Presidência da República. O processo eleitoral decorreu pacificamente, conforme a longa tradição democrática do país, estabelecida após o fim da Guerra Civil de 1948, com o subsequente restabelecimento da governação civil e abolição do exército militar da nação.

Durante este período de 78 anos, a Costa Rica desenvolveu as suas instituições públicas, a sua cultura política e a sua sociedade civil, o que lhe garantia uma reputação de maior estabilidade interna, especialmente em comparação com os restantes países da América Central, sendo estes caracterizados por períodos cíclicos de revoluções e golpes militares. Isto, em conjunto com os seus sucessos diplomáticos, como no caso do Acordo de Paz de Esquipulas, fez com que a Costa Rica fosse também reconhecida como “a Suíça da América Central”, não só pela sua relativa neutralidade diplomática e suposta capacidade de negociar a conclusão de conflitos regionais, mas por ter também um grande nível de desenvolvimento humano e social, sendo o único país da América Central que pertence à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).



Candidata presidencial do Partido do Povo Soberano, Laura Fernández, acena durante o comício de encerramento da sua campanha na Avenida Paseo Colón, em San José, no dia 24 de Janeiro, 2026. (Foto de EZEQUIEL BECERRA/ AFP)

Contexto e Resultado das Eleições Gerais

Os dois temas principais que marcaram esta campanha eleitoral foram o aumento do número de crimes relacionados ao narcotráfico, refletido subsequentemente num crescente sentido de insegurança pública e, por outro lado, a suposta degradação dos serviços sociais e das instituições nacionais.

Neste sentido, o governo incumbente do Presidente Rodrigo Chaves Robles, que fora responsável pela implementação de uma política mais repressiva sobre o crime, teve uma reafirmação eleitoral do seu projeto político conservador, sendo que a sucessora de Chaves, Laura Fernández, foi eleita com 48.30% dos votos na primeira volta da eleição presidencial, fenómeno que não ocorria desde as eleições presidenciais de 2010. Para além do resultado favorável no cargo da presidência, o partido de Fernández, o Partido do Povo Soberano, conquistou uma maioria na assembleia legislativa, uma exceção na história eleitoral da Costa Rica desde a eleição de 1990, com 31 deputados dos totais 57. Uma característica importante desta eleição foi também o aumento percentual de eleitores inscritos que foram às urnas, com uma subida de cerca de 9% em comparação com as eleições gerais de 2022.

Laura Fernández e o legado do seu antecessor

De acordo com a constituição de 1949 da Costa Rica, cada Presidente da República está limitado a um mandato consecutivo com oitos anos de intervalo até se poder voltar a candidatar ao cargo, como tal, o incumbente Rodrigo Chaves Robles apoiou a candidatura da sua Ministra da Presidência, Laura Fernández. Fernández teve um papel destacado durante o mandato de Chaves, sendo não só a sua Ministra da Presidência, mas tendo também desempenhado as funções de Ministra do Planeamento Nacional e Ministra da Política Económica. De forma semelhante ao seu antecessor, Laura, utilizou o descontentamento popular perante a crescente crise de narcotráfico na nação para mobilizar partes da sociedade civil costarriquenha, utilizando aquilo que os seus opositores consideram ser linguagem populista. Exemplos desta linguagem seriam o seu uso de palavras como “forte e irreversível” para descrever a suposta “mudança” que o seu governo traria ao paradigma político do país, além de referir também interesse em declarar um estado de emergência como resposta ao aumento do narcotráfico e a criação de uma “terceira república”, implicando novamente um afastamento do consenso político estabelecido a partir de 1949.

A recém-eleita candidata presidencial referiu também que daria ao seu antecessor um cargo num dos gabinetes do seu governo, algo que para Chaves seria importante devido aos constrangimentos legais que teve ao longo do seu mandato com o sistema judicial, restaurando a sua imunidade legal até 2030 e evitando assim possíveis julgamentos sobre os crimes de corrupção e conflito de interesses.

Uma continuação da política externa de Rodrigo Chaves Robles?

A eleição de Laura ao cargo da presidência representa essencialmente uma continuação da visão ideológica conservadora do governo anterior, com uma contínua aproximação da Costa Rica aos Estados Unidos e a El Salvador, países caracterizados pelos seus líderes polarizantes, nomeadamente Donald J. Trump e Nayib Bukele, principalmente na luta contra o narcotráfico internacional e a crise migratória. Um exemplo concreto desta colaboração seria a continuação de um projeto interestatal iniciado no governo de Chaves em conjunto com El Salvador, nomeadamente a construção de um centro de detenção de prisioneiros semelhante ao CECOT, mesmo perante contínuas críticas de grupos internacionais de direitos humanos sobre as condições detrimenais dos prisioneiros neste tipo de centro de detenção.

Outro aspeto crucial a nível internacional da vitória de Fernández é a sua reafirmação da noção de uma “maré azul” no continente americano, com o ressurgimento nos últimos anos de movimentos políticos cada vez mais conservadores nos países da América Latina, como por exemplo em El Salvador, na Argentina, na Bolívia, no Chile e em Honduras, o que poderá vir a ter um papel crucial na forma como a diplomacia ocorre entre estes Estados.

Eleições no Japão: popularidade transformada em consolidação

Por Beatriz Saturnino

Apenas três meses depois de ter assumido a liderança do Governo e do Partido Liberal Democrata (PLD), a Primeira-Ministra Sanae Takaichi convocou eleições antecipadas para a câmara baixa do parlamento japonês. As eleições, realizadas a 8 de fevereiro, tornaram-se num ponto de inflexão político que consolidou de forma significativa o seu poder e a posição do PLD, ao mesmo tempo que expuseram fragilidades internas e tensões sociais latentes.

Um país entre a estabilidade e o desgaste: inflação, descontentamento e resposta governativa

O Japão atravessa um período marcado por desafios económicos e sociais que têm condicionado fortemente o debate político e o humor dos eleitores. A inflação, embora menos pronunciada do que noutros países, é referida como uma das principais fontes de descontentamento, afetando o custo de vida e exercendo pressão sobre os rendimentos das famílias. Para responder a este contexto, a Primeira-Ministra implementou um pacote de medidas com impacto directo no quotidiano dos cidadãos.

Entre as iniciativas de política económica, destaca-se um pacote de estímulo de 135 mil milhões de dólares, concebido para aliviar a pressão inflacionista e reforçar a confiança dos consumidores. Esta intervenção surgiu como uma resposta às quebras de poder de compra que se tinham tornado visíveis nas sondagens e nos discursos públicos. Além disso, Takaichi prometeu suspender o imposto sobre o consumo de alimentos, uma medida com efeitos potenciais imediatos na vida quotidiana das famílias japonesas. Esta promessa tinha como objetivo não só aliviar financeiramente os agregados familiares, mas também mobilizar setores da população afetados pelos preços elevados. A escolha desta medida reflecte tanto preocupações económicas como uma estratégia política para reforçar apoio popular num momento em que a satisfação com o Governo estava a ser testada.

Eleições antecipadas

As eleições em questão destinavam-se à tentativa de fortificação da força parlamentar do PLD, e de maximizar os votos que no máximo poderiam levar a 465 membros da Câmara dos Representantes, a câmara baixa do parlamento japonês. Esta câmara é considerada a mais importante das duas que compõem o parlamento nipónico, porque detém o poder decisório final em matérias essenciais como a aprovação do orçamento e a escolha do Primeiro-Ministro. Nestes sistemas bicamerais, uma maioria consolidada na câmara baixa confere ao executivo uma margem de ação legislativa mais ampla e uma estabilidade política que permite implementar programas governativos com maior eficácia.

O anúncio destas eleições antecipadas surgiu como uma estratégia deliberada da Primeira-Ministra. Apenas três meses após assumir o cargo de líder do executivo e do PLD, Takaichi decidiu dissolver a câmara baixa e convocar eleições com o objetivo explícito de transformar a sua popularidade numa maioria mais consolidada no legislativo. Esta decisão ocorreu num contexto em que o PLD governou o Japão quase ininterruptamente ao longo dos últimos 80 anos, mas vinha a sofrer um desgaste na sua popularidade, em parte devido a escândalos de cariz económico e financeiro e à percepção de corrupção. Convocar eleições antecipadas foi, por isso, interpretado como um gesto ousado, como um risco calculado para reforçar a autoridade política num contexto em que o partido precisava de recuperar terreno e legitimidade.

A campanha e os principais candidatos

A campanha oficial durou apenas 12 dias, um período curto quando comparado com as campanhas eleitorais em muitos países democráticos. Este breve intervalo moldou uma corrida intensa, em que as mensagens políticas tiveram de ser transmitidas com rapidez e foco. A figura central desta eleição foi, naturalmente, Sanae Takaichi, de 64 anos, que liderou o PLD e se apresentou como candidata à reeleição. Takaichi fez história por ser a primeira mulher a chefiar o Executivo japonês. A sua liderança foi apresentada não apenas como uma continuidade do poder do PLD, mas como um referendo sobre o seu próprio estilo de governação e visão política. O discurso de Takaichi procurou consolidar a sua imagem como líder resoluta capaz de conduzir o Japão através de tempos de incerteza económica e pressões geopolíticas crescentes.

Curiosamente, a sua trajetória pessoal também chamou a atenção dos meios de comunicação e de setores da opinião pública. Durante a sua juventude, Takaichi foi baterista de *heavy metal*, e além disso, é também admiradora da antiga Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher e tem sido vista como uma figura carismática, particularmente entre os eleitores mais jovens. Esta combinação de perfil pessoal pouco convencional e conservadorismo político contribuiu para mobilizar segmentos demográficos que tradicionalmente se mantêm à margem dos principais blocos eleitorais.

No total, a eleição contou com quase 1300 candidatos, o que refletiu a diversidade e complexidade do sistema partidário japonês. Apesar disso, a narrativa dominante girou em torno da oposição entre Takaichi e os principais líderes que tentaram desafiar a hegemonia do PLD, com foco particular na liderança do Partido Democrático Popular.

Resultados

As eleições decorreram em circunstâncias pouco habituais, tendo sido no meio de uma tempestade de neve severa que marcou a campanha e o dia de votação, um factor que, segundo as notícias, terá causado cerca de 38 mortos no país entre meados de janeiro e o dia 8 de fevereiro, data das eleições. A participação foi baixa, e registou apenas 53,8%, um número que, apesar de estar acima da taxa de 2024, continua a indicar um nível de desinteresse considerável por parte do eleitorado e das dificuldades que os eleitores enfrentaram na deslocação devido ao clima.



*Eleitores enfrentam condições climáticas adversas para votar
(fonte: SIC Notícias)*

Takaichi foi reeleita com a esmagadora maioria de 354 votos entre 465 possíveis, na câmara baixa, maioria de dois terços do partido liderado pela ultraconservadora, segundo o Diário de Notícias. O segundo classificado, Yuichiro Tamaki, líder do Partido Democrático Popular, apenas obteve 50 resultados. Só o PLD conquistou 316 dos 465 assentos conseguidos por Takaichi.

Na câmara alta, Takaichi recebeu 123 dos 246 votos, o que corresponde a exatamente 50% dos votos possíveis. Após estes resultados, a Primeira-Ministra afirmou que não iria proceder a grandes alterações no seu executivo, optando por manter a equipa governativa conforme estava antes da eleição.

Este triunfo foi descrito internamente como o melhor resultado da história do PLD, um reflexo da recuperação da sua posição política e da capacidade de Takaichi em canalizar apoio popular de forma eficaz.

Outro elemento significativo foi o aumento do número de assentos do partido anti-migração Sanseito, que passou de dois para quinze representantes, um sinal claro de que discursos mais nacionalistas e restritivos em matéria migratória estão a ganhar terreno no debate político japonês. Em contraste, a chamada Nova Aliança Centrista, uma coligação formada pelo principal partido da oposição e pelo antigo parceiro do PLD, o Komeito, sofreu uma derrota contundente, perdendo mais de dois terços dos seus 172 assentos.



Vitória esmagadora de Takaichi (fonte: Jornal de Negócios)

No plano externo, Takaichi usou a sua vitória para sugerir que o Japão poderia intervir militarmente caso Pequim tentasse conquistar Taiwan à força, numa alusão às crescentes tensões regionais e ao papel estratégico do Japão no Indo-Pacífico. Esta declaração reforça uma visão mais assertiva da política externa japonesa, embora tenha gerado debate tanto interno como internacional.

Um aspecto menos convencional, mas politicamente simbólico desta campanha foi a chamada “febre sanakatsu”, um fenómeno cultural em que artigos pessoais associados à Primeira-Ministra, como a sua mala e a caneta rosa que utiliza para tomar notas no Parlamento, se tornaram populares e desejados entre segmentos da população. A Primeira-Ministra passou, assim, também a ser encarada como quase que uma celebridade, ganhado ainda mais palco como figura pública.

A vitória de Takaichi atraiu atenção global e foi objeto de felicitações internacionais. Em particular, Donald Trump felicitou a Primeira-Ministra, antecipando um encontro entre os dois que deverá acontecer em meados de março deste ano, um sinal de alianças e interesses geopolíticos partilhados.

As eleições antecipadas no Japão traduziram-se numa reafirmação clara da liderança de Sanae Takaichi e no reforço da posição do Partido Liberal Democrata no seio da política japonesa. Numa altura em que o país enfrenta desafios económicos, pressões regionais e uma sociedade em mutação, a “jogada de génio” da Primeira-Ministra ao convocar eleições antecipadas revelou-se um momento estratégico que reconfigurou o mapa político nipónico. O fortalecimento da maioria parlamentar oferece a Takaichi uma margem de ação legislativa ampla, mas também a responsabilidade de transformar esse apoio em respostas concretas às expectativas dos eleitores.

O resultado destas eleições não só confirmou o domínio histórico do PLD como também expôs novas linhas de fractura e de debate no Japão contemporâneo, sendo estas entre continuidade e mudança, entre políticas económicas redistributivas e estrangimentos orçamentais, e entre segurança nacional e integração regional. Num contexto em que a economia, a demografia e as relações internacionais se entrelaçam de forma cada vez mais complexa, as eleições de 8 de fevereiro de 2026 poderão ser vistas como um ponto de viragem na trajetória política do país e como a popularidade pode servir como fonte para jogadas como esta. O Japão foi a eleições no mesmo dia que Portugal e a realidade que estes dois países vivem é um ótimo estudo de caso para comparações e análises futuras.

Eleições na Tailândia

Por João Confraria

No dia 8 de fevereiro, a Tailândia foi a votos para uma importantíssima eleição que opôs essencialmente o partido conservador Bhumjaithai, liderado por Anutin Charnviraku, e o partido progressista, liderado por Natthaphong, marcando acima de tudo uma divisão sociológica entre os jovens das zonas urbanas e as elites que durante anos dependeram do poder dos militares. Apurados os resultados, os conservadores de Anutin acabaram por ganhar apesar de não terem maioria, alcançando 194 assentos parlamentares, com o partido progressista a sair derrotado com apenas 116 representantes e perdendo votos perante a última eleição.

Antes de proceder às explicações do resultado, é importante apresentar um contexto histórico, já que o passado recente do país marcou fortemente esta eleição. Depois de nove anos de ditadura militar na Tailândia apoiada pelas famílias mais ricas do país, as chamadas Baan Yai, as eleições de 2023 criaram um choque no sistema clientelar tailandês perante a vitória do partido progressista, no que ficou conhecida como a onda laranja. No entanto, o tribunal constitucional perante a ameaça de reforma das leis da monarquia tailandesa, rapidamente se uniu à elite económica dos Baan Yai para dissolver o partido e banir os seus líderes progressistas. Ora, o partido regenerou-se e com uma nova liderança voltou a candidatar-se este ano sob um nome alternativo. Neste quadro de ameaça ao sistema tailandês, os conservadores reorganizaram-se e uniram-se à volta de Anutin, um nacionalista severo.

Neste contexto, existem várias razões para a vitória dos conservadores. Em primeiro lugar, é de destacar o sistema de patronagem da Tailândia marcado por redes clientelares que mobilizam eleitorado nas zonas rurais em troca de favores políticos para as suas comunidades e interesses locais. É importante notar que os tailandeses no meio rural ainda vêm os seus representantes como líderes de clã, recorrendo a eles sempre que ocorre um problema de maior dimensão. Ao mesmo tempo, estes representantes apoiados pelo poder económico dos Baan Yan compram através de prestação de favores junto do poder central os votos dos chefes das famílias locais ou personagens relevantes na região que fazem mobilizar os votos baseados numa rede alargada de interesses. Perante esta característica antiga do sistema político tailandês, o partido progressista não soube responder não se focando nesta rede clientelar dos Baan Yan e dos conservadores que é fonte de muita corrupção no país. Além disso, ainda não se encontra bem estabelecido no meio rural para garantir para si uma rede de apoios e de influência junto das populações mais rurais e envelhecidas.

Em segundo lugar, as tensões com o Camboja foram fundamentais para o discurso nacionalista de Anutin que acusou o partido progressista de desprezar os militares e não conseguir defender o país. Perante a ambição de retirar poder político aos militares o partido progressista não conseguiu dissolver a ideia de que não seria capaz de defender o país em caso de uma nova invasão perante o antagonismo que tem com os militares que moldaram e dominaram a vida política do país desde a Guerra Fria.

Em terceiro lugar, perante um senado e um tribunal constitucional com muito poder e hostis ao partido progressista e às reformas ambicionadas, o eleitorado que tinha votado a favor da mudança em 2023 viu-se em parte resignado perante a possibilidade de novamente o seu voto não ter efeitos políticos e nem sequer se mobilizou para votar, sendo que estas eleições tiveram uma abstenção histórica. Como um especialista em ciência política da Universidade de Bangkok apontou, quando não há mobilização política, a influência das redes locais de influência e o poder económico dos Baan Yan acabam por ser fatores decisivos. Esta incapacidade de mobilizar o eleitorado que não é jovem e urbano acabou por ser fatal para os progressistas que se vêm assim condenados a vários anos de oposição num período em que o crescimento da economia tailandesa tem vindo a abrandar, com uma dívida em níveis recorde e uma incapacidade em competir pela atração de capital perante outros países da região como o Vietname.

Assim, perante um sistema internacional e umas fronteiras instáveis, a Tailândia confirmou a onda internacional conservadora que tem dominado fortemente as eleições em todos os continentes. Neste caso, a lealdade aos líderes locais e aos futuros favores e também a ausência de mobilização marcada pela descrença de mudança foram os fatores mais determinantes perpetuando uma espécie de ferrugem histórica que outros países da região não tiveram.



Cidadãos tailandeses foram a votos no dia 8 de fevereiro (Fonte: Al Jazeera)

Conferência de Segurança de Munique 2026 reafirma compromisso com a segurança coletiva em meio a tensões globais

Por Magda Gonçalves

A Conferência de Segurança de Munique, realizada entre os dias 13 e 15 de fevereiro de 2026, na cidade de Munique, na Alemanha, voltou a afirmar-se como um dos principais fóruns globais de diálogo estratégico sobre segurança internacional. Reunindo chefes de Estado e de Governo, ministros e dirigentes de organizações multilaterais e especialistas, o encontro decorreu num contexto de elevada tensão geopolítica, marcado pela continuidade da guerra na Ucrânia, pela redefinição das relações transatlânticas e pelo avanço de riscos tecnológicos e energéticos.

Sob o lema do relatório anual *Munich Security Report 2026 - "Under Destruction"*, os debates foram enquadrados pela perceção de que a ordem internacional baseada em regras enfrenta pressões militares, económicas e institucionais simultâneas. Assim, ao longo dos três dias, as sessões plenárias e reuniões paralelas procuraram responder a uma questão central: como preservar a estabilidade internacional num cenário de crescente fragmentação.

Segurança coletiva e guerra na Ucrânia

Desde a sessão de abertura, a guerra na Ucrânia ocupou posição de destaque. O painel dedicado à sustentabilidade do apoio internacional a Kiev concentrou-se na necessidade de coordenação política e militar de longo prazo.

Neste contexto, o Secretário-Geral da OTAN, Mark Rutte, afirmou que a Aliança está "mais forte do que em qualquer outro momento desde o fim da Guerra Fria", sublinhando que a unidade entre aliados constitui um elemento dissuasor essencial. A declaração foi interpretada como sinal de continuidade estratégica e de reafirmação do compromisso coletivo.

Por sua vez, o Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy defendeu que qualquer solução diplomática deve assentar em garantias de segurança robustas e duradouras. Em intervenção, amplamente, acompanhada, declarou que a paz "não pode ser negociada com pressa", advertindo que concessões precipitadas poderiam comprometer a estabilidade futura da Europa. A sua participação foi considerada uma das mais relevantes da conferência, tanto pelo seu conteúdo, como pelo simbolismo político que carrega.



Intervenção de Volodymyr Zelenskyy (fonte: Euronews)

Relações transatlânticas e papel dos Estados Unidos da América

Paralelamente, as relações entre a Europa e os EUA constituíram outro eixo estruturante das discussões. Em diversos painéis, debateu-se a partilha de encargos no âmbito da defesa e o equilíbrio entre autonomia estratégica e compromisso transatlântico. O secretário de estado norte-americano, Marco Rubio, destacou o valor histórico da cooperação euro-atlântica, afirmando “reunimo-nos, aqui, hoje, como membros de uma aliança histórica, uma aliança que salvou e mudou o mundo”. A declaração procurou reforçar a continuidade da parceria estratégica, ao mesmo tempo em que reconheceu a necessidade de adaptação às novas realidades geopolíticas. Ainda assim, análises paralelas evidenciaram diferenças de ênfase quanto ao grau de liderança europeia e ao financiamento da defesa comum.



Intervenção Marco Rubio (fonte: Reuters)

Autonomia estratégica e defesa europeia

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, sublinhou, neste sentido, que a capacidade defensiva da União Europeia deve ser reforçada de forma estruturada e coordenada, afirmando que a “defesa mútua não é opcional para a



Intervenção de Ursula von der Leyen (fonte: Reuters)

União Europeia, mas sim uma obrigação”. Esta intervenção foi interpretada como um apelo claro ao aprofundamento da integração em matéria de defesa e ao fortalecimento da base industrial europeia, complementando, e não substituindo, o papel da OTAN. Assim, o debate evidenciou uma certa convergência quanto à importância da cooperação e a determinação europeia em ampliar a própria autonomia estratégica.

Segurança tecnológica, energética e resiliência económica

Para além da dimensão militar, a conferência dedicou particular atenção a ameaças híbridas, cibersegurança e inteligência artificial. O relatório “Under Destruction” salientou que infraestruturas críticas, fluxos de dados e cadeias globais de abastecimento tornaram-se elementos centrais da segurança contemporânea. Consequentemente, vários intervenientes defenderam políticas de resiliência digital e diversificação tecnológica como instrumentos de estabilidade.

Em paralelo, a segurança energética foi debatida sob a perspetiva da transição climática e da redução de dependências estratégicas. A interligação entre energia, economia e defesa foi amplamente reconhecida como fator determinante para a soberania dos Estados.

Conectividade estratégica: o “Middle Corridor”

De forma complementar, um dos momentos de particular interesse foi o debate dedicado ao chamado “Trans-Caspian Middle Corridor”, rota de transporte que liga a Ásia Central à Europa através do Mar Cáspio. A vice-presidente do Conselho da Fundação da MSC, Helga Maria Schmid, afirmou que “diversificar rotas comerciais aumenta não só a resiliência económica, como também reforça, de forma convincente, a agenda de segurança da Europa”, reforçando a ideia de que a segurança e logística passou a integrar, de modo indissociável, a agenda estratégica internacional.



Considerações finais e perspectivas futuras

Em síntese, a Conferência de Segurança de Munique 2026 demonstrou que, embora persistam divergências sobre métodos e prioridades, existe um reconhecimento generalizado da necessidade de cooperação estruturada diante de ameaças comuns. Ao articular debates sobre guerra, alianças, autonomia regional, tecnologia e economia, o encontro reafirmou o seu papel como espaço privilegiado de diplomacia preventiva e coordenação estratégica.

Ainda que não tenha produzido decisões vinculativas, a relevância da conferência reside na capacidade de aproximar posições, clarificar divergências e sinalizar compromissos políticos. Num cenário internacional marcado por incertezas, a edição de 2026 consolidou Munique como um dos principais termômetros da segurança global contemporânea.

Cimeira da União Africana

Por Raquel Bravo

Decorreu durante o fim-de-semana de 14 e 15 de fevereiro de 2026, a 39.^a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Adis Abeba, capital da Etiópia, onde se encontra sediada a União Africana.

O que é a Cimeira da União Africana?

Comecemos, portanto, por esclarecer do que se trata esta cimeira: corresponde ao principal fórum político africano e à reunião anual mais importante do continente, onde os líderes dos 55 países africanos, representados na organização internacional denominada União Africana, definem prioridades políticas, discutem conflitos e segurança na região, tomam decisões económicas e coordenam posições internacionais.

Alguns dos principais temas discutidos foram os seguintes:

Segurança e Conflitos Armados

A prioridade absoluta das discussões deste ano foi a questão da segurança e conflitos armados, uma das maiores preocupações no continente africano, constituindo uma ameaça existencial à estabilidade e ao desenvolvimento em África. Os líderes africanos deram especial atenção às situações vividas no Sahel, no Sudão, e no Leste da República Democrática do Congo (RDC), reconhecendo que estes conflitos têm consequências graves ao nível humanitário, político e económico.

No caso do Sahel, a União Africana destacou a expansão de grupos jihadistas ligados à al-Qaeda e ao Estado Islâmico, que têm enfraquecido a autoridade dos Estados e contribuído para a instabilidade em países como Mali, Níger e Burkina Faso. A organização defendeu a necessidade de promover “soluções africanas para problemas africanos”, reduzindo a dependência de intervenções externas e fortalecendo as instituições estatais.

Na Cimeira foi também abordada a guerra civil entre as Forças Armadas do Sudão (SAF) e as Rapid Support Forces (RSF), apelando a um cessar-fogo imediato e à retoma do diálogo político. Também neste contexto, a organização sublinhou a importância de uma solução africana no conflito, apesar da crescente influência de potências externas.

O conflito no Leste da RDC foi igualmente uma preocupação, em particular devido à presença do grupo rebelde M23 e às tensões com o Ruanda, que continua a dominar no Leste e acusado de apoiar os rebeldes. Foi assinado, em Washington, em junho de 2025, um acordo de paz- Acordos de Washington para a Paz e Prosperidade-,

mediado pelos Estados Unidos, o qual pretendia acabar com as décadas de tensões e conflitos no leste congolês, focado no desarmamento, retirada de tropas ruandesas e integração económica regional. No entanto, os combates mantêm-se ativos dado o facto de o grupo M23 não ter sido incluído diretamente no acordo principal, o que lança dúvidas sobre a eficácia a longo prazo do cessar-fogo e compromete a estabilidade da região.

A União Africana salientou também o envolvimento de potências externas, nomeadamente dos Estados Unidos. Os EUA, sob a administração de Donald Trump, mediarão o acordo, já que apresentam um interesse estratégico quanto aos recursos minerais da RDC, como é o caso do cobalto. Neste contexto, a organização defendeu, uma vez mais, a autonomia africana, reforçando o seu papel como principal ator na resolução dos principais conflitos no continente.

Alterações Climáticas

Outra questão que ocupou uma posição central da agenda foi o tema das alterações climáticas. Entre os principais fenómenos ocorridos em África contam-se: secas graves, falta de água potável, desertificação, e o impacto que as mesmas têm nas populações e na prática agrícola. Tornam-se cada vez mais frequentes eventos extremos, tais como ciclones tropicais, e exemplo disso foi o caso do Ciclone Freddy em Moçambique, secas devastadoras como é o caso da região da África Austral e Sahel, e riscos costeiros dada a subida do nível do mar, que excede já a média global em áreas como Benim, Costa do Marfim, Senegal e Congo. Neste sentido, a segurança da água foi o tema prioritário na Cimeira, tendo a União Africana considerada fundamental uma melhor gestão da água e do saneamento, de forma a promover um aumento das condições de vida das suas populações.

Desenvolvimento Económico e Integração Continental

Também o aceleração do desenvolvimento económico de África constituiu um tema relevante nas discussões. De entre os objetivos principais constaram: o aumento do comércio entre países africanos, a redução da dependência externa, o desenvolvimento das infraestruturas, o reforço da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), a qual pretende criar um grande mercado único africano (semelhante ao mercado único europeu).

Eleição da Liderança Anual da UA

Por fim, outro aspecto fundamental da Cimeira foi a eleição da liderança anual da UA. Todos os anos é escolhido um novo presidente, cargo este na prática muito relevante, já que este líder tem como funções representar politicamente todo o continente, e coordenar prioridades, atuando como figura diplomática internacional. Este ano foi eleito Évariste Ndayishimiye, Presidente do Burundi, o qual substituiu João Lourenço, Presidente de Angola, que ocupava o cargo em 2025. Durante o seu (João Lourenço) discurso de balanço de 12 meses na liderança da organização, o mesmo avançou com a informação de que a capital angolana, Luanda, vai acolher,

no decurso deste ano, uma sessão extraordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da UA dedicada à análise dos meios para responder às ameaças que pesam sobre a paz, a segurança e o desenvolvimento do continente. Manifestou, ainda, preocupação pelo facto de, nos últimos tempos, assistir-se ao surgimento de novos fenómenos que não devem ser legitimados pelos Conselhos de Paz e Segurança da UA.



Fim da liderança de João Lourenço enquanto Presidente da União Africana (Fonte: GIRA NOTÍCIAS)

Importância Global da Cimeira

Esta reunião é relevante não apenas no contexto africano, como também em todo o mundo, não só porque a população africana representa uma porção significativa da população mundial, com 1,4 mil milhões de habitantes, como pelo facto de o continente possuir recursos naturais essenciais. Este constitui ainda um ator cada vez mais importante na geopolítica global, sendo também uma região onde competem influências de potências como a China, os EUA, a UE e os países do Golfo.

O compromisso acordado na Cimeira é, portanto, tornar África mais estável, mais rica e mais influente no atual sistema internacional. Contudo, importa questionar até que ponto as promessas assumidas na Cimeira se traduzirão em resultados concretos. A capacidade efetiva de intervenção encontra-se limitada por constrangimentos financeiros, dependência de financiamento externo, divisões políticas entre Estados-membros, e vários outros elementos já abordados, entre eles a persistência de conflitos armados, golpes de Estado e crises humanitárias.



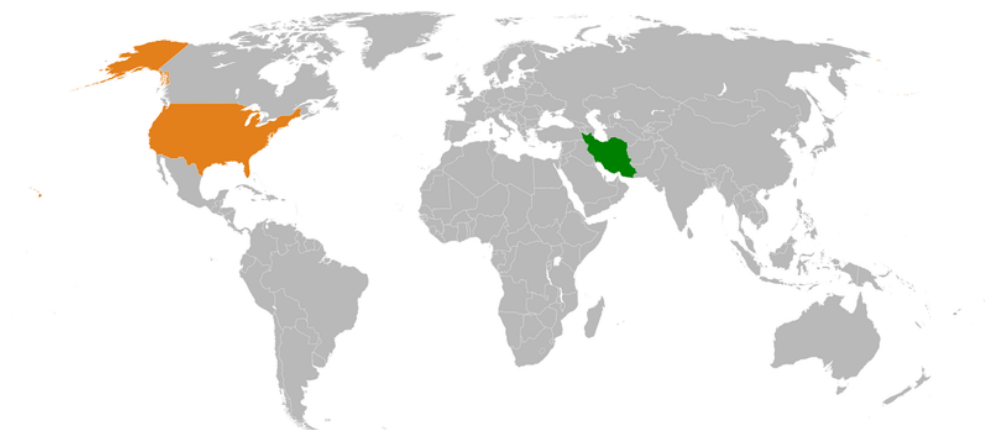
Trigésima nona Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da União Africana (Fonte: RDP África)

Conflito Clarificado: Conflito Estados Unidos-Irão

Por Dario Vargas

Que conflito é este?

A inimizade entre o Irão e os Estados Unidos, datada desde 1979 e que escalou para um ataque americano a instalações militares iranianas em 2025, representa uma das dinâmicas mais proeminentes no Golfo Pérsico bem como no Médio Oriente como um todo.



Mapa do mundo a realçar os Estados Unidos (laranja) e o Irão (verde) (Fonte: Wikimedia Commons)

Como é que surgiu?

A hostilidade entre o Irão e os Estados Unidos é fruto de uma série de interações entre os dois Estados durante a Guerra Fria. Nos anos que seguiram a Segunda Guerra Mundial o Irão, fonte de grandes reservas de petróleo e gás natural monopolizadas pelo Reino Unido, era uma monarquia constitucional marcada por tensões entre o monarca, o Xá Mohammed Reza Pahlavi, e por uma coligação pró-democrática chamada Frente Nacional, liderada em 1951 por Mohammad Mossadegh, que fora eleito Primeiro-Ministro do país nesse ano.

A Frente Nacional, canalizando o descontentamento popular com a presença britânica no país, que consideravam como uma relação colonialista, nacionalizou a indústria petrolífera, uma ação que provocou uma reação forçosa do Reino Unido, que iniciou um bloqueio económico e planeou um golpe de Estado contra Mossadegh, ao qual se juntaram os Estados Unidos, que viam no crescimento do partido comunista no Irão e do pendor social-democrata de Mossadegh um perigo de aproximação entre a nação e a União Soviética. O golpe contra Mossadegh seria concretizado em 1953, após uma crise entre este e o Xá que levou à fuga do

monarca seguido de uma operação militar que resultou no aprisionamento do Primeiro-Ministro.

Após o golpe, o Xá governou o país enquanto autocrata, permitindo o regresso de empresas britânicas e aproximando o Irão aos Estados Unidos a nível estratégico. Neste período, a monarquia iraniana dependeu do SAVAK, uma polícia secreta que perseguia oponentes do regime. Simultaneamente, a partir de 1960 foi iniciada a Revolução Branca, uma vasta política que visava modernizar o país através de uma reforma agrária e da implementação de programas que visavam melhorar a qualidade de vida e a literacia da população. Estas e outras medidas, no entanto, tiveram efeitos desiguais e foram incorporadas por medidas que puseram em causa as normas sociais e instituições tradicionais do país em prol de padrões culturais ocidentais, insurgindo vários setores da população contra o governo.

Tensões contra a Revolução Branca, a repressão do governo e a elevada influência Ocidental sobre o país, levaram ao crescimento da oposição ao regime, uma coligação que incluía movimentos liberais, grupos socialistas e forças tradicionalistas lideradas por Ruhollah Khomeini, um clérigo xiita denominado de Ayatollah. Estes grupos juntar-se-iam e, em 1979, após uma onda de protestos contra o Xá após um período de estagnação económica, forçaram o exílio da família real, pondo um fim ao regime dos Pahlavis. No entanto, a coligação revolucionária rapidamente dividiu-se e, na luta por poder que se seguiu, o movimento de Khomeini consolidou o controlo, banindo os restantes movimentos e implementando uma república teocrática liderada pelo mesmo que implementaria um novo aparato de repressão.

A partir da revolução, as relações entre o Irão e os Estados Unidos deterioraram-se rapidamente, particularmente após a Crise de Reféns Iraniana, uma ocupação da embaixada americana no Irão por apoiantes do Ayatollah que tomaram por reféns uma série de diplomatas americanos. Este evento fortaleceu a posição de Khomeini, contribuindo para a sua ascensão, mas levou ao corte total de relações entre os dois países.

As tensões entre o Irão e os Estados Unidos levaram o Estado americano, procurando conter o alastrar da Revolução Iraniana conforme ambicionado por Khomeini, a fornecer apoio militar ao Iraque, então liderado por Saddam Hussein, que invadira o Irão em 1980. A guerra Iraque-Irão, que durou oito anos e terminou de forma inconclusiva, aprofundou a inimizade entre os países, apesar dos Estados Unidos fornecerem clandestinamente equipamento militar para o Irão de modo a financiar os Contras, um movimento guerrilheiro na Nicarágua.

Paralelamente a este conflito, o Irão procurou apoiar a criação de grupos simpatizantes à sua ideologia e antagónicos aos interesses americanos e dos seus aliados. Para este propósito, o Estado iraniano coordenou a organização do

Hezbollah, um grupo insurgente libanês que emergiu após a invasão israelita do país em 1982 e que viria a atacar forças americanas em território libanês. Esta ligação entre o Hezbollah e as autoridades iranianas levaram à designação, pelo governo americano, do Irão enquanto Estado Patrocinador de Terrorismo, o que limitou ainda mais as possíveis interações entre os Estados. Além do Hezbollah, o Irão viria a apoiar a criação do Hamas, um grupo insurgente palestino fundado em 1987 que se envolveria numa série de confrontos contra Israel, dos Houthis, um grupo insurgente iemenita que viria a dominar o norte do país na Guerra Civil Iemenita, que se iniciou em 2014, bem como de uma série de milícias iraquianas formadas após a Invasão Americana do Iraque em 2003.

A partir de 2013, as relações entre os dois países viram uma melhoria ligeira, negociando, em 2015, um acordo que procurava limitar a expansão do programa nuclear do Irão, fundado em 1957 mas que se tornara num ponto de contestação pois os Estados Unidos temiam que seria utilizado para fins militares, acusações rejeitadas por Teerão, em troca de um alívio de sanções internacionais contra o Estado iraniano com vista a restringir a expansão do seu arsenal militar e de pressionar o regime. Paralelamente, os dois Estados iniciaram uma cooperação limitada de modo a combater os Talibãs e o al-Qaeda no Afeganistão e, mais tarde, o Estado Islâmico no Iraque e na Síria.

Contudo, em 2018, os Estados Unidos, procurando um acordo mais abrangente que englobasse o armazenamento de armas balísticas pelo Irão, saiu do acordo, restaurando as sanções previamente implementadas e introduzindo novas medidas com vista a pressionar o governo iraniano. Em resposta, o Irão renegou os seus compromissos sob o acordo, iniciando um enriquecimento de urânio além dos limites estabelecidos apesar de reiterar que o seu programa nuclear procurava meramente gerar energia.

Estas tensões escalaram em 2020 quando os Estados Unidos assassinaram Qasem Soleimani, líder da Força Quds, uma unidade militar iraniana especializada em operações internacionais, e consequentemente uma das principais figuras do aparato de segurança iraniano. Após o assassinato, os Estados Unidos impuseram novas sanções contra o Irão enquanto que este, através de milícias estrangeiras aliadas ao seu regime, realizou uma onda de ataques intermitentes contra forças americanas no Médio Oriente.

Com o início da Guerra Hamas-Israel em 2023, o Irão encontrou-se numa posição de tensão crescente com Israel como consequência do seu apoio ao Hamas. O escalar do conflito em Gaza, bem como o início de uma série de confrontos diretos entre o Estado israelita e o Estado iraniano, moldaram a diplomacia americana, que iniciara em 2025 negociações com o Irão sobre a assinatura de um novo acordo nuclear que, no entanto, estagnaram. De forma a pressionar o Irão, os Estados Unidos realizaram, em 2025, uma série de bombardeamentos contra

alvos militares iranianos, danificando o seu programa nuclear. Este ataque marcou o maior escalar das tensões entre os dois Estados, mas foram seguidas por uma reação iraniana limitada, pelo que negociações entre os Estados seriam retomadas ainda nesse ano.

Contudo, em 2026, tensões entre os dois países reacenderam-se após os Estados Unidos condenarem a reação pesada das autoridades iranianas face a uma onda de protestos contra o regime e que resultou em milhares de mortos, e a pressionar a incorporação de negociações sobre as reservas de mísseis balísticos do Irão, uma condição rejeitada pelo governo iraniano que visava limitar as negociações para o seu programa nuclear. No final de fevereiro desse ano, os Estados Unidos, acompanhados por Israel, iniciaram uma série de bombardeamentos contra alvos iranianos, citando o programa nuclear do país como razão da realização da operação militar. O Irão respondeu à agressão com ataques a Israel e às diversas bases militares americanas nos países do Golfo Pérsico.

Qual a sua importância para Portugal?

Portugal mantém relações diplomáticas com o Irão e os Estados Unidos, tendo uma embaixada em Teerão e uma embaixada em Washington D.C., respetivamente. Portugal, por virtude de ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e de permitir o uso americano da Base Aérea nº4 em Lajes, mantém laços próximos com os Estados Unidos, mantendo, no entanto, uma série de acordos bilaterais com o Irão nas áreas da educação e cultura, sendo inclusive realizadas uma série de visitas de Estado mútuas ao longo dos anos. O Estado português encontra-se também fortemente alinhado com o posicionamento europeu relativamente às tensões entre os dois Estados, condenando a saída dos Estados Unidos do acordo de 2015 por virtude do seu à iniciativa diplomática, mas condenando também as medidas repressivas do governo iraniano e participando em sanções europeias sobre o mesmo.

Confrontos entre os Estados Unidos e o Irão têm um efeito indireto nocivo para a economia nacional, ao levar ao aumento do preço de produtos petrolíferos, essenciais para a atividade económica e enquanto combustível, devido a riscos para as rotas comerciais do Golfo Pérsico, onde perto de 30% do transporte de petróleo por via marítima passa. Assim, a limitação das cadeias de abastecimento nesta região terão o efeito de conduzir à inflação e, num extremo, de reduzir o PIB nacional.

Além da vertente económica, tensões entre os Estados Unidos e o Irão formam também um perigo para cidadãos portugueses em solo iraniano, que poderão tornar-se alvos de detenção pelo governo devido ao estatuto do Estado português enquanto aliado americano.

www.portugaldiplomatico.com